

O direito fundamental ao trabalho digno e os processos de subjetivação: uma leitura cruzada entre Direito, Marxismo e Psicanálise numa experiência empiricamente vivenciada

The fundamental right to decent work and the subjective processes : a cross-reading between law, marxism and psychoanalysis in an empirically lived experience

Adriana Rodrigues

Mestre em Psicologia, Práticas Sociais e Constituição do Sujeito pela Universidade Federal de Santa Catarina-PPGP/UFSC, doutoranda na mesma instituição. E-mail: adriana-dri@hotmail.com.

Matheus Felipe de Castro

Doutor em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Professor Adjunto de Direito Constitucional e Filosofia do Direito no Departamento de Direito da mesma Instituição, Professor Titular e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC e advogado em Florianópolis. E-mail: matheusfelipedecastro@gmail.com.

Artigo recebido em 19 de março de 2015 e aceito em 09 de junho de 2015.

Resumo

O presente artigo tem por tema o direito fundamental ao trabalho digno, com ênfase na sua dimensão de elemento constituinte da psique dos sujeitos inseridos numa sociedade de mercado e consumo, marcada por profundas disparidades sociais internas derivadas, em grande medida, de sua localização periférica e subdesenvolvida na economia-mundo. O referencial teórico da análise parte de uma leitura entre psicanálise e marxismo, acerca da centralidade do trabalho na constituição psíquica do sujeito. Estas duas vertentes de pensamento são utilizadas a partir da observação desta temática na vida de trabalhadores rurais pertencentes a uma comunidade de agricultores sem-terra, na sua trajetória em busca de trabalho. É da leitura cruzada entre esses dois autores, que ao fim lançam-se algumas reflexões sobre a trajetória vivida por Pedro e Clara, trabalhadores rurais, dedicados à agricultura familiar, que depois de um longo percurso em busca de *trabalho*, são hoje integrantes de um assentamento do MST, buscando refletir sobre o papel que essa trajetória pode exercer na efetivação do direito fundamental ao trabalho digno e na ampliação dos direitos subjetivos dos agentes envolvidos. O método de pesquisa foi o etnográfico, eis que os pesquisadores vivenciaram diretamente a realidade onde se inserem as personagens aqui descritas e o procedimento de exposição a livre narrativa.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Trabalho Digno; Subjetividade; Psicanálise.

Abstract

This article deals with the fundamental right to decent work, with emphasis on its constituent dimension of the psyche of subjects inserted in a market and consumer society, marked by profound internal social disparities derived largely from its peripheral and underdeveloped location in the world-economy. The theoretical framework of the analysis arises of a reading between psychoanalysis and marxism about the centrality of work in the psychic constitution of subjects. These two slopes of thought are used from the observation of this theme inside a community of landless farmers formed by

rural workers on the path towards working opportunities. From the cross-reading of these two authors some reflections about the trajectory experienced by Pedro and Clara are presented. They are rural workers dedicated to family farming, which after a long journey in search of work, are today members of a MST settlement. It is essential to think over the role that this trajectory can play in the realization of the fundamental right to decent work and the expansion of subjective rights of those involved. The research method was ethnographic as the researchers directly experienced the reality in which the characters described are inserted and the exposure procedure was the free narrative.

Keywords: Fundamental Rights; Decent Work; Subjectivity; Psychoanalysis.

1. Introdução

O presente artigo tem por tema o direito fundamental ao trabalho digno, com ênfase na sua dimensão de elemento constituinte da psique dos sujeitos inseridos numa sociedade de mercado e consumo, marcada por profundas disparidades sociais internas derivadas, em grande medida, de sua localização periférica e subdesenvolvida na economia-mundo.

Neste contexto, desenvolvem-se algumas reflexões a partir dos referenciais teóricos da psicanálise freudiana e do marxismo, acerca da centralidade do trabalho na constituição psíquica do sujeito. Estas duas vertentes de pensamento são utilizadas a partir da observação desta temática na vida de trabalhadores rurais pertencentes a uma comunidade de agricultores sem-terra, que apresentam uma trajetória de vida marcada por uma longa e sofrida caminhada em busca de trabalho.

Aplicando o texto *O mal estar na cultura*, procuramos dialogar com a teoria freudiana, abordando os conceitos de *Eros* e *Ananke*, ou *amor* e *necessidade*, como categorias fundadoras da civilização humana, buscando aí a concepção de trabalho apresentada neste importante texto de Freud. Para dar seguimento à análise, buscamos em Marx, especificamente nos conceitos de *alienação* e *estranhamento*, outros instrumentos teóricos que nos auxiliassem a pensar a constituição objetiva e subjetiva destes sujeitos na sua relação com o trabalho.

É da leitura cruzada entre esses dois autores que, ao fim, lançamos algumas reflexões sobre momentos importantes da trajetória vivida por Pedro e Clara, trabalhadores rurais, dedicados à agricultura familiar, que depois de um longo percurso em busca do *trabalho*, são hoje integrantes de um assentamento do MST, buscando refletir sobre o papel que uma trajetória como essas pode exercer na efetivação do direito fundamental ao trabalho digno e na ampliação dos direitos subjetivos dos agentes envolvidos.

2. A categoria *trabalho* no texto freudiano *O mal estar na cultura: uma possibilidade de leitura*

Sigmund Freud no texto de 1930 *O mal estar na cultura* (2010) preocupado com o nível de sofrimento do homem moderno e buscando trazer alguma contribuição para a compreensão deste sofrimento, foi buscar em alguns temas específicos da antropologia social da época¹, elementos que abordados sob a ótica da psicanálise poderiam ajudar a melhor compreender esta condição. A partir destes estudos, Freud lançou a hipótese de que a civilização teria sua origem marcada por dois elementos, ou sentimentos, fundamentais: *Eros e Ananke*, ou, o *amor* e a *necessidade*². Desenvolveu seu argumento afirmando que possivelmente estes dois sentimentos não atuariam de forma inteiramente vinculada, o que permitiria a homens e mulheres buscar apenas na natureza a satisfação das suas necessidades mais elementares.

Contudo, o sentimento do *amor* – ou *Eros* – não se contentaria com a condição de visitante esporádico, passando a ocupar um espaço progressivamente maior na vida destes sujeitos, até transformar-se em um companheiro de presença constante, o que os levaria a buscar satisfação para além da natureza. Doravante atuariam juntos, fazendo com que a satisfação das *necessidades* trafegasse pelas vias do *amor* e o *amor* pelas vias da *necessidade*. Homens e mulheres passariam a satisfazer suas *necessidades* sob as bases do *amor* e a direcionar suas energias no sentido de manter consigo seu objeto de amor.

Segundo Freud (2010, p. 103) *“depois que o homem primitivo descobriu que estava em suas mãos – literalmente falando – melhorar seu destino na Terra por meio do trabalho, não lhe pode ser indiferente o fato de*

¹ Freud dedicou-se consideravelmente aos estudos acerca da antropologia social, arqueologia e pré-história, entendendo que a psicanálise poderia contribuir de algum modo para as questões trabalhadas por estas teorias. As primeiras contribuições desta ordem aparecem no texto *Totem e Tabu*, publicado em 1913, no qual o autor trabalha as hipóteses acerca do assassinato do pai da horda primitiva como episódio do qual derivariam o primeiro “direito” a partir do qual organizaram-se instituições sociais e culturais.

² As palavras que utilizaremos em destaque – itálico – ao longo do texto, referem-se às palavras proferidas/escritas pelo autor ao qual o texto faz referência.

que o outro trabalhasse com ele ou contra ele”, a partir de então a relação com a natureza passaria a ser percebida não mais como tarefa individual. O passo decisivo no processo desenvolvimento civilizacional teria sido a substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade, resultando na constituição dos grupos consanguíneos, posteriormente denominados famílias. A partir de então, passariam a priorizar o contato com seus pares e a organizar-se em grupos maiores, priorizando a vida comunal:

A convivência humana só se torna possível apenas quando se reúne uma maioria que é mais forte do que cada indivíduo e que permanece unida contra cada um deles. Na condição de “direito”, o poder dessa comunidade se opõe então ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. A substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade é o passo cultural decisivo. Sua essência consiste no fato de que os membros da comunidade se restringem em suas possibilidades de satisfação, enquanto o indivíduo não conhecia tais restrições. A exigência cultural seguinte, portanto, é a da justiça, isto é, a garantia de que o ordenamento jurídico estabelecido não venha a ser quebrado em favor de um indivíduo. [...] O desenvolvimento cultural posterior parece tender no sentido de que esse direito não seja mais a expressão da vontade de uma comunidade restrita – casta, camada da população, grupo étnico –, que se comporta em relação a outras massas, talvez mais amplas, de modo semelhante a um indivíduo violento. O resultado final deve ser um direito para o qual todos – pelo menos todos que são capazes de tomar parte numa comunidade – tenham contribuído com o sacrifício de seus impulsos, e que não permita que ninguém – mais uma vez com a mesma exceção – se torne vítima da força bruta (FREUD, 2010, pp. 97-98).

A hipótese de Freud era de que, em princípio, o trabalho ocuparia uma dimensão doméstica, ou seja, eram os membros da própria família que auxiliavam e dividiam as tarefas concernentes ao trabalho a ser realizado. Posteriormente, com o aumento das atividades, foi necessário um aumento também da força de trabalho empregada, o que teria feito com que se agregassem outras pessoas, e assim sucessivamente, até se formarem as comunidades. Dessa forma, o trabalho, fundamentado nas relações sociais, passaria a ser percebido como fonte de preservação da vida no sentido mais amplo do termo, vale dizer, a família e o trabalho, instâncias regidas por *Eros* e

Ananke, constituíram-se em espaços de satisfação de necessidades, amparo e acolhimento.

Nestas conjecturas, os elementos que nos parecem de fundamental importância para as reflexões aqui iniciadas, estão na forma como Freud percebe e descreve o trabalho, ou seja, como dimensão de amparo e proteção.

Para Freud nenhuma outra técnica para a conduta da vida prenderia o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, *lhe forneceria um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana*. A vida em comunidades teria se tornado possível justamente pela capacidade de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados.

Para Freud o trabalho é destacado como categoria central no processo civilizatório, já que para viver em comunidade teria sido necessário sublimar³ desejos e sentimentos que se efetivados, implicariam em desgaste para os outros membros da comunidade e, em última análise, até em aniquilação da mesma. Direcionados para o trabalho, ou sublimados, estes impulsos, por vezes eróticos, narcísicos e/ou agressivos, se tornariam altamente criativos e construtivos. Desse ponto de vista, o trabalho ultrapassaria a dimensão de satisfação de necessidades objetivas, abarcando a realização indireta de outros tantos desejos e necessidades, transformando-se em espaço fundamental para uma vida subjetiva saudável.

³ O conceito de sublimação foi cunhado por Freud, com a finalidade de explicar o processo de direcionamento da energia originária da pulsão sexual, para outras áreas da atividade humana, sem qualquer relação aparente com a sexualidade, sobretudo em áreas socialmente valorizadas, como arte, cultura, investigação intelectual, o trabalho de uma forma geral. É um conceito que trabalha com a noção de *sublime* relacionada principalmente a arte, a elevação do homem, etc. e ao mesmo tempo com a noção de *sublimação* advinda da química que se refere à passagem de um elemento do estado sólido para o estado gasoso, pretendendo com isso evidenciar a passagem da energia sexual inibida em seus fins primeiros, para um estado socialmente aceitável, culturalmente sublime. Nas palavras de Freud: “A pulsão sexual põe à disposição do trabalho cultural quantidades de força extraordinariamente grandes, e isto graças à particularidade, especialmente acentuada nela, de poder deslocar a sua meta sem perder, quanto ao essencial, a sua intensidade. Chama-se a esta capacidade de trocar a meta sexual originária por outra meta, que já não é sexual mas que psiquicamente se aparenta com ela, capacidade de sublimação”. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998, p. 495). Ver também (FREUD, 2010, p. 101).

Entretanto, ao longo da história da humanidade essa dimensão de proteção, amparo e acolhimento tanto das necessidades objetivas quanto subjetivas sofreriam modificações proporcionais às transformações dos modos de produção históricos, sobretudo, a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, acabando por cindir a harmônica união entre *Eros* e *Ananke*. Em consequência, o trabalho como sinônimo de amparo, como espaço da realização plena do sujeito, passaria a ser cada vez mais um privilégio de poucos, evidenciando uma clivagem progressiva entre *amor* e *necessidade*, afeto e trabalho:

(...) com o advento do capitalismo o mundo enfrenta pela primeira vez a ruptura entre a produção da existência e reprodução da vida. O mundo do trabalho e o mundo do afeto passam a se desenvolver em dois universos distintos, a fábrica e o lar. Quando o modo de produção separa o produtor de seu produto, transforma os trabalhos diferentes, portanto portadores de subjetividade diferentes em iguais, mercadoria como qualquer outra a ser vendida no mercado, transformação do trabalho em força de trabalho, impedindo a subjetivação do indivíduo no trabalho e empurrando o ser subjetivo do homem para fora da fábrica, restrito ao lar (CODO, SAMPAIO & HITOMI, 1993, P. 193).

Freud observou essa clivagem entre afeto e trabalho, ou o distanciamento crescente entre os reinos de *Eros* e *Ananke*, a partir das manifestações de insatisfação do homem com o trabalho, fato que é possível inferir a partir de sua afirmação de que, *como caminho para a felicidade, o trabalho é pouco apreciado pelos seres humanos* (FREUD, 2010, p. 70). Contudo, neste texto, o autor não desenvolve uma discussão acerca das causas específicas deste sofrimento, o que nos leva a buscar nos conceitos de *alienação* e *estranhamento* de Karl Marx, uma possibilidade de diálogo com as ideias até aqui trabalhadas, a fim de continuar e aprofundar a compreensão sobre a progressiva cisão entre o *mundo do trabalho* e o *mundo do afeto* e suas implicações no cotidiano do homem contemporâneo.

3. A separação entre força de trabalho e meios de produção: uma cisão para além do mundo do trabalho

Karl Marx no texto *Manuscritos econômico-filosóficos*, datado de 1844, traz relevantes contribuições para a compreensão dessa ruptura entre o mundo do trabalho como dimensão de afeto e proteção, transformado num espaço de sofrimento para uma parcela considerável da humanidade. Ao contrário de Freud que apenas apontou a existência destes sentimentos, Marx mergulhou nesta temática procurando adentrar em suas raízes. Ainda assim, salvaguardando as diferenças entre enfoques, interesses, matrizes teóricas e ideológicas, além da cronologia da produção destes materiais, Freud e Marx parecem chegar a conclusões semelhantes em alguns aspectos relativos a esta problemática, vejamos seus textos:

E, no entanto, o trabalho é pouco apreciado pelos seres humanos como caminho para a felicidade. Não se ocorre a ele como a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria dos seres humanos trabalha apenas sob coação, e dessa repulsa natural dos homens ao trabalho derivam-se os mais graves problemas sociais (FREUD, 2010, p. 70).

O trabalhador só sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2004, p. 83).

Os autores são unânimes em admitir a existência de uma aversão ao trabalho. No entanto, Freud nesse texto, não têm como prioridade buscar as causas do *mal estar* advindo especificamente desta área da vida, chegando em certo momento a naturalizar a aversão do homem ao trabalho, muito embora traga ao longo do texto uma perspectiva sobre o desenvolvimento da humanidade bastante pautada na história evolucionista e nos estudos antropológicos da época. Marx, ao contrário, tem no trabalho a categoria central de toda a sua obra e busca justamente desfazer a naturalização da relação do indivíduo com o trabalho, tendo como ferramenta principal historicizar sua construção e sociabilidade a partir desta relação.

Para o pensamento marxista, o homem ao nascer é candidato à humanidade e a adquire por um processo de apropriação, vale dizer, por um processo de construção social. Marx nega a existência de uma essência humana *a priori* e afirma que *a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado, é, em sua realidade, o conjunto das relações sociais* (MARX, s/d, p. 209). Esse processo de aquisição da humanidade ocorre a partir do momento em que na busca pela satisfação das suas necessidades mais elementares, homens e mulheres passam a intervir na natureza tirando dela seu sustento, ou seja, transformando-a por meio do trabalho e na mesma medida se transformando, agregando conhecimento, experiência, estabelecendo relações com a natureza e com seus pares, e logo, desenvolvendo outras necessidades em busca de satisfação.

Desta forma, para Marx, a faculdade da razão não é um pressuposto da existência humana, mas uma aquisição, uma construção histórica que se efetiva a partir do trabalho e das relações sociais por ele mediadas. Logo, é possível compreender a discussão iniciada por Marx e levada a cabo, sobretudo por Engels, acerca do trabalho como fator determinante na diferenciação dos homens e mulheres das demais espécies animais. Nessa concepção, o *homo sapiens* seria o sucessor do *homo faber*, ou seja, do homem que trabalha.

No texto, *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (ENGELS, s/d, pp. 269-280), Engels trabalhou com a hipótese de que em determinado momento histórico, algumas mudanças climáticas escassearam o alimento que outrora fora abundante, obrigando uma certa espécie de homínídeos a desenvolver a habilidade de andar sobre duas patas – bipedismo – a fim de deixar as mãos livres para a caça. A partir de então, passaram a desenvolver diversas habilidades manuais, como a transformação de produtos da natureza em ferramentas de trabalho. Numa escala progressiva, outras habilidades foram sendo apreendidas na mesma medida em que novas necessidades eram criadas. Foram então, diferenciando-se das demais espécies, construindo conteúdos de razão que os impulsionaram para a “racionalidade”. Nessa perspectiva, a razão não surgiu *a priori* para que depois

desenvolvessem a capacidade de trabalho, mas ao contrário, foi o trabalho que possibilitou a mulheres e homens desenvolverem o conteúdo da razão. O trabalho é, portanto, nessa perspectiva, o fator socializante por excelência, o que possibilitou a espécie humana ascender a um nível de socialização, de civilização.

Até aqui, percebemos tanto em Marx como em Freud, a defesa do trabalho como categoria fundamental no desenvolvimento psíquico, físico e social do homem. Resta-nos a partir de agora, buscar compreender sob a ótica do materialismo histórico-dialético, o processo de transição do trabalho como elemento fundador do humano, para instrumento de expropriação deste humano.

Para historicizar essa transição, Marx trabalha com a ideia de que o processo de acumulação primitiva do capital foi deflagrado pela nobreza feudal inglesa, que estava sofrendo profundas transformações e em processo de adaptação ao capitalismo. Tal adaptação exigia o acúmulo de grandes quantidades de terra para criar ovelhas e plantar pastos a fim de fornecer lã para a indústria têxtil nascente. Para tanto, os camponeses europeus, que eram em sua maioria servos dos senhores feudais e agregados, e que centenariamente dispunham das terras e ferramentas para o cultivo de produtos para a própria subsistência, foram expulsos de suas terras, o que resultou em um duplo efeito, imprescindível para o desenvolvimento da Revolução Industrial: centralização das terras sob o controle da burguesia criando disponibilidade futura de capitais livres para serem aplicados na indústria e criação de um *exército industrial de reserva* em virtude da expulsão de grandes massas camponesas para as cidades, gerando o êxodo rural.

Considerando que naquele período pré-industrial, o capital se materializava na posse da propriedade *imóvel*, ou seja, na posse das terras, o efeito primeiro da expropriação destes camponeses, consistiu em proporcionar à nobreza inglesa – que através de um processo de modernização conservadora, mais tarde se transformaria em burguesia – a centralização destas terras, possibilitando posteriormente revertê-las em capital móvel, produtivo – o que veio a acontecer no período da revolução industrial. Sem as

terras e as ferramentas para o trabalho, os camponeses passaram à condição de trabalhadores assalariados, vendendo sua força de trabalho ao detentor das terras e ferramentas, ou, dos meios de produção. Configurou-se então, a relação social de exploração do trabalho assalariado, fundamentada na propriedade privada por excelência, ou seja, a propriedade dos meios de produção e do trabalho alheio, em última análise, o capital. Em consequência, formou-se um *exército industrial de reserva*, vale dizer, um contingente de pessoas despojadas dos meios e ferramentas para obtenção do próprio sustento, restando-lhes apenas sua força de trabalho. A estes homens e mulheres, Marx chamou de *vogelfrei*⁴, que traduzido do alemão significa *livre como pássaro*, ou seja, despojado de qualquer forma de sobrevivência que não seja a venda da sua força de trabalho.

Do ponto de vista econômico, o conceito de liberdade é um dos pressupostos para a existência do capitalismo – daí também, a abolição das formas de trabalho escravo. Para o *vogelfrei* a liberdade consistia em um estado de ausência total de ferramentas para o exercício do trabalho, isto é, o capitalista libertou o trabalhador dos meios de produção, podendo este em última análise, desfrutar a liberdade de vender sua força de trabalho ou morrer de fome. Livre, o trabalhador que ingressava na roda viva deste novo sistema econômico via aumentar progressivamente a distância entre sua força de trabalho e seus antigos meios de produção, sua terra, seus instrumentos de trabalho. Esta separação entre a força de trabalho e os meios necessários a sua efetivação é a contradição fundamental que se expressa no conflito capital *versus* trabalho assalariado, ou ainda, numa outra perspectiva, na cisão entre trabalho e afeto.

Na análise deste conflito, Marx trabalhou os conceitos de *alienação* e *estranhamento*. Por muito tempo, provavelmente por questões relativas às dificuldades na tradução das obras de Marx, esses conceitos foram

⁴ “Vogelfrei, “livre como pássaro”, é o termo que Marx usava para descrever o proletariado, que no começo da modernidade nos processos de acumulação primitiva foi libertado duas vezes: em primeiro lugar, ficou livre da propriedade do senhor (isto é, livre da servidão); e em segundo lugar, foi “libertado” dos meios de produção, separado do solo, com nada para vender que não fosse seu poder de mão-de-obra”. (NEGRI & HARDT, 2003, p. 175-176).

confundidos e tratados como sinônimos, sobretudo, no texto *Manuscritos econômico-filosóficos*⁵.

Um dos aspectos que mais chama a atenção nesta obra é justamente o destaque dado por Marx à dimensão subjetiva do trabalhador sendo capturada e reconstruída dentro do modelo de produção capitalista. Esse processo de remodelagem subjetiva tem seu início – mas não seu fim – quando o trabalhador aliena, vale dizer, *tira de si e transfere para o exterior* elementos constituintes da sua subjetividade. Assim, ao incorporar em uma matéria prima, sua força de trabalho, retira de si e transfere para o produto a sua própria essência, agregando valor ao mesmo. Como resultante deste processo tem-se o que o autor denominou *mais-valia*. Dessa forma, todo produto incorpora dentro de si a força de trabalho humana, tida para o pensamento marxista, como a própria essência do homem, sendo também, o elemento que agrega valor ao produto. Entendemos a partir da diferenciação que vem se fazendo entre alienação e estranhamento, que a alienação é um fator de

⁵ O sociólogo Jesus Ranieri, ao traduzir os *Manuscritos econômico-filosóficos*, pela editora Boitempo, publicado em maio de 2004, evidencia essas diferenciações entre os conceitos de *alienação* e *estranhamento* por muito tempo ignoradas: “Em primeiro lugar, é preciso destacar a distinção sugerida, nesta tradução, entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx. É muito comum compreender-se por alienação um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da supressão do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto de *Entäusserung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo, os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista. Na reflexão desenvolvida por Marx não é tão evidente, no entanto, que esse pressuposto seja levado às suas últimas conseqüências, pois os referidos conceitos aparecem com conteúdos distintos, e a vinculação entre eles, geralmente sempre presente, não garante que sejam sinônimos. E é muito menos evidente ainda que sejam pensados somente para a análise do sistema capitalista. *Entäusserung* significa remeter pra fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto. Significa, igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo, portanto, o sentido da exteriorização (...), momento de objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. *Entfremdung*, ao contrário, é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada. Ao que tudo indica, a unidade *Entäusserung-Entfremdung* diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações (ou exteriorizações) humanas, o que, em Marx, é possível perceber pela relação de concentricidade entre as duas categorias: invariavelmente as exteriorizações (*Entäusserungen*) aparecem no interior do estranhamento, ainda que sejam inelimináveis da existência social fundada no trabalho humano.” (RANIERI, 2004, p. 16).

viabilização do trabalho, ou seja, nessa concepção, todo o trabalho é alienado, estando ou não diretamente ligado ao modo de produção capitalista.

Alienar, portanto, apesar de carregar uma conotação de negatividade em virtude do uso impreciso do conceito, apresenta uma dimensão saudável, muito próxima do conceito freudiano de *sublimação*. Como já mencionamos, o termo sublimar tem inspiração no processo de sublimação na ciência química, no sentido de passar de um estado físico a outro e também no termo sublime no campo das artes, o que significa que o homem tira de si uma energia libidinal e a direciona para outro campo da vida, para as artes, para o trabalho, etc. passando de um estado – uma energia, um sentimento abstrato – para outro – concretizando-se numa obra de arte, num objeto, num escrito, etc. Entendemos o conceito de alienação de forma semelhante, o trabalhador tira de si uma energia, em nossa compreensão libidinal, direcionando-a para o trabalho, essa energia vai se concretizar na elaboração de um produto, objeto, etc. Até aqui o processo é natural e saudável e o trabalho algo prazeroso e necessário, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo.

O problema se inicia, quando o produto da alienação e/ou sublimação é tomado do produtor, passando a ser tratado como mercadoria, impedindo que o trabalhador se identifique com o produto no qual investiu sua essência, e que ao fim do processo produtivo fora tomado de suas mãos. Isso ocorre em virtude da cisão entre os meios de produção e a força de trabalho. Nessa lógica o produto do trabalho humano não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista, ou seja, o trabalhador aliena e/ou sublima a sua essência em algo que não lhe pertence, em algo que não visa satisfazer as suas necessidades primordiais, tendo como finalidade única atender aos interesses do capitalista, isto é, gerar lucro.

Sem essa possibilidade de identificação e acesso ao produto gerado a partir de seus investimentos físicos e psíquicos, resta ao trabalhador *estranhar* a sua própria produção. É indubitavelmente deste *estranhamento* que advém uma das maiores fontes de sofrimento no mundo do trabalho, pois trata-se de um processo de clivagem, onde o homem é cindido, sendo-lhe retirada a energia relacionada a criação, ao prazer – retirada no sentido de que é

investida sem retorno –, predominando apenas as faculdades relacionadas ao dever, a obrigação e a necessidade⁶. O produto *estranhado* evolui negativamente para o homem *estranhado*, uma vez que o produto contém em si a própria essência do trabalhador e, portanto, quando passa a ser um objeto estranho, provoca o *estranhamento* do trabalhador com ele mesmo. O homem se *estranha* com sua própria essência – o que não deixa de ser em certa medida, um processo bastante esquizofrênico – é o que Marx chamou de *estranhamento-de-si*:

Esta relação é a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si (Selbstentfremdung), tal qual acima o estranhamento da coisa (MARX, 2003, p. 83).

Para ilustrar esse sistema de *alienação* e *estranhamento*, evocamos a figura bastante elucidativa – e outras vezes já citada –, de uma mãe que ao dar a luz a seu filho, fruto de sua energia e de seu trabalho, tem esse filho arrancado de seus braços por um médico infernal, o que lhe causa um terrível sofrimento. Entretanto, esse ato de crueldade passa a se repetir durante todo o seu ciclo reprodutivo, até que o sofrimento por lhe ser retirado o filho no qual tanto investiu, passa a se naturalizar e, o trabalho de gestar e dar a luz que outrora fora prazeroso, passa a ser um período de grande sofrimento e aversão, pois agora tem a consciência de que não estará gerando para si, mas para um outro que ao fim levará sua criação embora. Essa mãe sabe que não terá acesso e nem possibilidade de identificar-se, de reconhecer-se em sua obra, pois, sua criação torna-se um ser que nada tem a ver com ela, mas que lhe retirou a energia vital, a esvaziou. Ao lhe retirar essa energia e agregá-la a sua constituição, torna-se mais forte do que ela, superando-a em valor. Consequentemente, essa mãe ao invés de admirar passa a *estranhar* o que

⁶ “Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.” (MARX, 2004, p. 83).

fora em princípio sua criação. Essa caricatura ilustra o sofrimento do sujeito na relação com o trabalho no processo de produção *estranhado*, da qual sai com seu mundo subjetivo esvaziado, como melhor nos explica Marx:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona como produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quanto maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. [...] O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2003, pp. 81-82).

Vimos até aqui, que o trabalho como dimensão de socialização, amparo, proteção e espaço de sublimação tal como define Freud e, como o fator que impulsionou a racionalização, portanto, a diferenciação do homem para com o animal, responsável também pela aquisição dos atributos de humanidade, de acordo com o pensamento marxista, sofreu uma profunda alteração com o advento do modo de produção capitalista. O trabalho como *livre atividade*, como *atividade vital*, nas palavras de Marx, e como *fonte especial de satisfação e sublimação*, tal como afirmou Freud, passou a ser *mediado* pelo modo de produção capitalista, que acabou por subverter a relação do trabalhador com o trabalho, levando o trabalhador a fazer *da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência* (MARX, 2003, p. 85).

Veremos a partir de agora, a efetivação destes processos de alienação e estranhamento, na vida de um casal de trabalhadores rurais sem-terra, destacando também seus esforços em resgatar o trabalho como dimensão de amparo e afeto.⁷

4. A trajetória de Pedro e Clara: uma longa caminhada em busca do trabalho como livre atividade

Falamos até agora sobre a centralidade da categoria trabalho na constituição psíquica do sujeito partindo das concepções de Freud e Marx. A partir de agora, utilizando as lentes destas duas teorias, adentramos no universo de uma comunidade de assentados, que tem sua trajetória de vida marcada por inúmeras mudanças em busca do trabalho, no sentido mais amplo do termo. Trazemos as vozes de Pedro e Clara, nomes fictícios que atribuímos a um casal de agricultores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Selecionamos estas falas não por apresentarem um conteúdo especial e diferenciado das demais, mas justamente por expressar a vivência, os desejos, sonhos e sentimentos de grande parte das famílias entrevistadas, tendo como eixo principal a centralidade do trabalho na construção de suas vidas⁸.

⁷ Falamos até agora sobre o trabalho voltado para a indústria, porém é importante enfatizar que para Marx, em última análise, as diferenças entre o capitalista e o latifundiário [ou nas palavras do autor, rentista fundiário], o trabalhador da manufatura e o agricultor, acabam por ser minimizadas, ou até diluídas uma vez que “no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.” (MARX, 2003, p. 79).

⁸ As falas aqui apresentadas fazem parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC (RODRIGUES, 2006). Os sujeitos entrevistados são agricultores familiares de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na região norte do Estado do Paraná. A pesquisa teve como foco a análise da violação dos direitos humanos e a violência em suas diversas faces, sofridas por estes agricultores, durante os processos de reintegrações de posse. Numa história marcada por dificuldades de toda a ordem e intenso sofrimento físico e psíquico, algumas das queixas principais destes sujeitos durante o período de acampamento, centravam-se no fato de não serem reconhecidos como trabalhadores rurais, passando por um severo processo de discriminação, quando pretendiam apenas obter um lugar de inclusão social por meio do trabalho e da produção. Foram estas observações que nos levaram a algumas das reflexões aqui apresentadas.

Clara e Pedro, hoje com 45 e 63 anos respectivamente, tem um filho de 18 anos que dedica-se mais às atividades escolares do que ao trabalho no campo, passando boa parte do tempo num município distante envolvido com os estudos. O casal mora na região norte do Estado do Paraná, num assentamento vinculado ao MST. Porém, até chegarem nesse destino, trilharam um longo e sofrido trajeto.

No início da vida conjugal, arrendaram uma pequena porção de terra, numa fazenda na região noroeste do Paraná. Direcionavam todos os esforços na esperança de conseguir economizar dinheiro para ter seu próprio pedaço de terra. Passados três anos, o sonho veio a baixo. As dificuldades financeiras, geradas pelas altas taxas de arrendamento a serem pagas para o fazendeiro ano após ano, trouxeram a certeza de que aquele não era o melhor caminho para a realização de seus sonhos. Decidiram tentar a vida na cidade, já que no campo e na condição de arrendatários não conseguiam *livrar nada*, como conta Clara:

A gente morava num arrendamento, e depois moramos três anos lá, mas era terra arrendada, sabe, e depois daí nós desanimamos na verdade porque a gente trabalhava muito e depois de todo o ano não livrava nada (...) a gente pra poder comprar terra, quem é pobre não consegue comprar, porque vai morar em terra arrendada dos outro, mora um ano seis mês, quando você limpa a terra, o dono da terra pede a terra, a gente só fica só com o trabalho só, de trabalhar pros outro (...) Daí nós desanimamos e viemos embora pra cidade. Mas ficamos lá, ficamos dois anos lá não arrumava emprego, não arrumava nada, a gente vivia de bóia-fria, e bóia-fria lá é uma vez por ano só, duas vez. Daí desanimou a gente demais, a gente viu que chegou numa situação que nós ia passar fome né?

Na pequena cidade, ainda nos arredores da fazenda em que moravam, as dificuldades e frustrações não tardaram em aparecer. Desta vez, tinham que vender sua força de trabalho como *bóias-frias*, tendo que disputar uma vaga com outros trabalhadores em condições semelhantes - vale dizer, um *exército rural de reserva* - situação que acabava por gerar menos oferta de trabalho com um salário mais miserável. Desanimaram mais uma vez. Tantas expectativas, tanta energia investida para produzir alimentos que compunham

a mesa de inúmeras pessoas - tornando-se capital nas mãos do empregador – e na sua mesa, ao invés dos produtos do seu trabalho, ocupava espaço a ameaça da fome. Configura-se nesta experiência o ponto culminante do trabalho *estranhado*: produzir alimentos e não tê-los para satisfazer as próprias necessidades vitais. Diante de uma situação em que *quanto mais trabalhavam menos tinham para consumir, quanto mais valores criavam mais sem valor tornavam-se*, decidiram-se por outra mudança, desta vez para a capital do Estado, como relata Clara:

Então por isso que, daí viemo pra Curitiba. Fomo pra lá pra Curitiba, daí chegou lá ele trabalhou uns três mês né, a fio assim, *depois não conseguia mais emprego, porque na verdade se ia numa firma lá, eles fala que a pessoa na idade dele não tem validade, porque é velho já, daí não tem validade*. E eu com o menino que era pequeno, ainda na escola. E daí a gente foi, chegou numa situação que pagar prestação de terreno e água e luz com salário não tinha como mais. Não tinha como. Na verdade a gente comprava male mal o arroz e o feijão só.

Na capital, Pedro e Clara defrontam-se com situações igualmente desafiadoras e também comuns a milhares de trabalhadores e trabalhadoras: idade e gênero. Pedro, que na época deveria ter aproximadamente 55 anos, já era considerado pelos empregadores aos quais solicitava trabalho, velho demais para continuar desenvolvendo suas atividades de carpinteiro. Deparava-se com a realidade de que o mercado dá preferência à força de trabalho jovem, que no auge do vigor físico pode investir toda energia para uma maior capacidade de produção em menor tempo, e uma vez que existe um contingente imenso de jovens desempregados, compondo o já discutido *exército industrial de reserva*, a força de trabalho do homem e da mulher nesta faixa etária é menos valorizada e, portanto, menos solicitada. É em última análise excluída do sistema de produção, sendo retirados da categoria de economicamente ativos. Na verdade, este não é um processo estanque, ou seja, não são apenas excluídos, são incluídos de uma forma perversa⁹, pois,

⁹ Bader Sawaia trabalha a exclusão como um processo dialético de inclusão, afirmando que, “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da

como já não tem a força de trabalho para ser expropriada pelo mercado produtivo, expropriam-se os dividendos desta pelo mercado financeiro - através da proliferação de agências financiadoras especializadas em empréstimos para esta “fatia do mercado” – além das agências de turismo, academias recreativas, enfim, tornaram-se um interessante “nicho de mercado”. Ao invés de serem incluídos socialmente num mercado produtivo, são incluídos perversamente como mercado consumidor unicamente.

Outro problema enfrentado por Clara e por milhares de mulheres trabalhadoras é a questão da dificuldade de inserção no mercado de trabalho em virtude dos cuidados com os filhos e com a casa. Clara precisava levar e buscar o filho numa escola distante da residência da família, portanto, precisava de dispensa para cumprir esta função e ninguém se dispunha a empregá-la nestas condições. Assim, nas horas vagas, vendia cosméticos de porta em porta, e às vezes conseguia faxina em alguma residência. Em consequência, sua renda não permitia uma contribuição mais considerável nas finanças domésticas.

Com o passar do tempo, a situação econômica da família foi se agravando, e já não conseguiam honrar os compromissos financeiros mais elementares – prestação da casa, luz, água – sendo possível investir a renda da família apenas no mais essencial: a alimentação. Os sonhos cultivados por Pedro e Clara desde o início do seu casamento, o sítio, a casa, a lavoura e as “criações”, iam se distanciando cada vez mais. Foi então, que um irmão de Clara que estava em um acampamento do MST, no norte do Estado, pleiteando um lote de terra, convidou-os para juntarem-se a ele. Diante de uma situação de tantas dificuldades e de poucas alternativas, decidiram aceitar o convite. Venderam a casa ainda por quitar, e foram acampar as margens da estrada na região de Londrina, norte do Paraná.

Uma decisão importante, que trazia consigo uma série de novos desafios, exigindo da família bastante empenho em adaptar-se a nova realidade, como relembra Clara: “na hora que a gente chegou assim, a gente achou meio esquisito nunca tinha visto barraca de lona”. Para enfrentar esta

humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.” (SAWAIA, 2001, p. 08).

nova etapa da vida a família trazia na bagagem uma certeza, bem enfatizada nas palavras de Pedro:

Nós podia ficar o resto da vida trabalhando pros outro que nunca ia consegui comprar um meio alqueire de terra, de jeito nenhum (...) quem que aguenta comprar um alqueire de terra hoje? A terra por mais fraca que seja vale muito dinheiro né, pobre não compra. Isso ele pode tirar da cabeça que ele nunca vai comprar (...) terra ele não compra hoje, do suor dele ele não compra um alqueire de terra, nem meio alqueire ele compra mais, hoje em dia não. Por mais bom que seja o emprego dele ele vai ganhar pra come se for uma pessoa que tem pouco estudo né, agora uma pessoa que são bem estudada tem bom salário tudo bem, agora a parte, como se diz, a parte pobre, o salário dele é de dois, três salarinho abaixo, então ganha pra comer, não dá pra comprar nada, não vão comprar nunca né?

Foi essa certeza, que motivou a família a suportar “*oito anos de baixo da lona preta*”, acreditando que, provavelmente pela primeira vez, poderiam produzir um *trabalho livre*, ou nas palavras de Clara:

[...] ter o direito que nós tá tendo, ter o direito de plantar o que quer, produzi o que quer e criar o que quer, porque em terra dos outro a gente não pode não (...) eu já morei em terra arrendada dos outros e já morei em coisas dos outros, de eu não ter direito se quer de plantar nem um pé de cebola, porque o patrão não aceitava.

Quando Clara fala em ter o direito de plantar o que quer, nos remetemos a Freud quando afirma que o trabalho cumpre uma função vital na vida humana, desde que consiga ser percebido com um espaço de criação, de *sublimação*, de realização de desejos. Marx, de forma semelhante, fala que o trabalho como fonte de realização somente é possível distante do *estranhamento*, onde o trabalhador pode exercer a *auto-atividade*, a *atividade livre*. Clara fala com perceptível alegria, desta possibilidade de encontrar prazer no trabalho, de não *estranhar* a sua própria produção, e de poder finalmente se perceber em seu trabalho:

(...) a gente não tinha nada, não tinha onde plantar nem um pé de abacaxi, que nem o dizer (risos) e agora graças a Deus a gente tem onde produzi. A gente tem os bichinhos da gente, que era o sonho da gente. A gente a vida inteira sempre teve vontade de ter

pelo menos uma vaca prá bebe um leite e nunca tinha condições de ter se quer nem um cabrito no terreiro. Então tudo isso anima a gente, deixa a gente contente porque agora graças a Deus, a gente vê os bichinhos da gente que era o sonho que a gente tinha. Saber que agora a gente num precisa tá de porta em porta de mercadinho atrás de empreginho aí, ou se não trabalhando de doméstica, que nem eu vivi quase a minha vida inteira trabalhando de doméstica, e nunca consegui compra nem um pinto pra por no terreiro. Agora graças a Deus a gente tem as coisinhas da gente, através da luta, graças a Deus conseguimos. (...) Aqui eu sei que eu tiro o meu pão de cada dia, sei que cada dia que amanhece eu tenho meu empreginho, então pra mim eu tô contente. Cada dia que eu levanto cedo que eu olho meu lote vejo minhas coisinhas plantada, Deus o livre, eu acho um céu! (risos)

Clara fala do prazer em poder trabalhar no que lhe satisfaz, da alegria em não ter mais que perambular oferecendo à venda sua *força de trabalho* como uma mercadoria, vendo suas energias se esvaindo sem retorno algum em benefício próprio. Fala da alegria de acordar a cada manhã longe da ameaça do desemprego, distante da figura daquele médico infernal disposto a retirar continuamente sua criação, esvaziando seu mundo subjetivo e nada colocando no lugar. Ao olhar sua plantação, a sensação é análoga àquela sentida ao olhar um espelho, se vê refletida no que plantou, no que criou, na sua produção.

Clara e Pedro, bem como milhares de outras famílias, optaram por se afastar da lógica da produção *estranhada* – dentro dos limites do possível. Em busca do direito fundamental ao trabalho na acepção mais ampla do termo. Não foram poupados de pagar um alto preço em valores objetivos e subjetivos, mas ainda assim, continuaram buscando o trabalho em sua dimensão de amparo, proteção, realização e prazer. Deram um passo importante no resgate do trabalho como fonte primeira de humanização, como fator socializador por excelência, tal como afirmaram Marx e Freud, como um refúgio para uma vida psicossocial saudável.

5. Considerações finais

As experiências relatadas por Pedro e Clara, guardadas as especificidades, configuram-se em situações não tão distantes das vividas por outros milhares de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo na área rural. São longos e sofridos anos de uma trajetória em que buscam encontrar no trabalho aquela dimensão de amparo bem observada por Freud, quando afirma que o trabalho pelo *menos*, *fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana*. Sem esse lugar seguro, Clara e Pedro amargaram quase duas décadas de sofrimento. Entretanto, demonstraram uma força de vida tal, que nunca os permitiu deixar de buscar esse lugar de segurança, amparo e realização, bem expressos nas palavras de Clara: *cada dia que eu levanto cedo que eu olho meu lote vejo minhas coisinhas plantada, Deus o livre, eu acho um céu!*

Além de ser um espaço em que podem plantar e criar, é um espaço em que conseguem sentir-se integrados à comunidade humana, tal como fala Freud. Fazem parte de uma comunidade de homens e mulheres com histórias de vida semelhantes, e que apesar das diferenças, compartilham ideais comuns. Isso lhes confere um sentimento de *pertencimento*, fundamental para a percepção de amparo numa sociedade que se declara protegida por um Estado Democrático de Direito protetor de Direitos Fundamentais. Passam então, a lidar com algo que lhes fora muitas vezes negado, o sentimento de inclusão – ainda que excluídos de uma série de outras coisas. Retomam o trabalho como fator de socialização e estão agora incluídos numa comunidade, onde tem seu espaço como trabalhadores, produtores do próprio sustento, como cidadãos, companheiros, vizinhos, amigos, compadres, etc.. Em outras palavras, tem nessa comunidade, o que o sujeito – como ser do desamparo por excelência – necessita: *o amparo da cultura em todos os seus desdobramentos*.

O caminho construído por Pedro e Clara – que de modo algum é universal, ideal ou único – em sua singularidade demonstra que é possível amenizar a divisão entre *Eros* e *Ananke*, e que o sentimento de aversão ao trabalho, longe de ser natural, é na realidade, produzido social e historicamente. Sem o direito ao trabalho digno, retira-se do homem o fator

socializante, humanizante e diante dessa falta lhe resta muito pouco: adoecimento, violências, enfim, sofrimento.

Referências Bibliográficas

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José J. C.; HITOMI, Alberto H. (1993). Afeto e trabalho (Quando se redesenham os limites entre o lar, doce lar, e a empresa). In: *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 3ª edição.

ENGELS, Friedrich (s/d). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Karl Marx, Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. Volume 2. São Paulo, editora Alfa-Ômega.

FREUD, Sigmund (2010). *O mal estar na cultura*. Porto Alegre, L&PM.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS (1998). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes.

MARX, Karl. (2004). Trabalho estranhado e propriedade privada. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Editora Boitempo.

MARX, Karl (s/d). Teses Sobre Feuerbach. In: Karl Marx, Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. Volume 3. São Paulo: editora Alfa-Ômega.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. (2003). *O império*. Rio de Janeiro, Record, 5ª edição.

RODRIGUES, Adriana (2006). *A violência institucional como método para lidar com a miséria social*. Florianópolis: UFSC. Dissertação, 213f.

SAWAIA, Bader (org.), (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 3ª edição.